

Data da Publicação

19/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Ameaça paira sobre a Mata Atlântica

Identificação

Brasil - pg 06 - Raquel Lima

Resumo

Até o final do ano cessa a remessa de recursos do Exterior para a proteção e recuperação de um dos principais biomas do País

Íntegra**Raquel Lima**

DA AGÊNCIA ANHANGÜERA

A principal fonte de recursos para a conservação, proteção e recuperação do pouco que restou da Mata Atlântica no Estado de São Paulo está prestes a secar. A parceria entre o governo estadual paulista e o banco Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), órgão financiador do governo da Alemanha, termina em dezembro. A cooperação entre os dois países permitiu a criação do Programa de Preservação da Mata Atlântica (PPMA), que rendeu um investimento no bioma em torno de R\$ 71,8 milhões (55% do banco alemão e 45% do Estado), entre os anos de 1995 e 2006.

“Nestes últimos anos, só houve investimento na Mata Atlântica presente no Estado por causa do PPMA. Está mais que justificado que esse é um dever que o Estado deve assumir para si”, defendeu Maria Cecília Wey de Brito, coordenadora do programa.

A importância da Mata Atlântica e os principais desafios e alternativas para a recuperação e preservação de uma das maiores biodiversidade do planeta serão debatidos numa série de oito reportagens, publicadas a partir de hoje pelo Correio Popular.

O PPMA abrange o Vale do Ribeira, o Litoral e parte do Vale do Paraíba, englobando 21 unidades de conservação localizadas em 53 municípios e totalizando 22 mil quilômetros quadrados de extensão. É no Estado de São Paulo que está a maior parte de remanescente da floresta. Dos cerca de 7% que restaram da mata original, 13% estão em terras paulistas. São 850 mil hectares.

O recurso foi investido principalmente na estruturação do governo estadual para realizar a fiscalização da floresta. De acordo com balanço do projeto, os principais investimentos na primeira fase foram em veículos (34,3%), obras de infra-estrutura, como guaritas e bases de vigilância (22,4%) e radiocomunicação (11%). “Tudo isso já permitiu uma inibição da devastação”, declarou Antonio Tozeli Ferrari, economista e superintendente administrativo e financeiro do projeto. A segunda etapa, em fase de implementação, visa a implantação do Sistema de Gerenciamento da Mata Atlântica.

Pelo contrato, o governo de São Paulo será responsável pela manutenção do projeto nos próximos dois anos. Para tentar manter os mesmos níveis de investimentos, o Estado tem, em princípio, uma alternativa: o mecanismo da compensação ambiental (compensação financeira pelos impactos ocorridos quando da implantação de empreendimentos). “Essa é uma situação que não temos muito controle, pois dependemos da iniciativa privada. Não dá para saber com antecedência quando virá o recurso da compensação de determinada obra e seu valor”, ponderou a coordenadora do PPMA. “Temos que buscar uma saída para não deixar essa bola

cair”, admitiu.

Ainda há muito o que ser feito pela Mata Atlântica, principalmente quando o assunto é fiscalização. Só para se ter uma idéia do quanto a floresta ainda está desprotegida, há 79 vigias responsáveis por uma área de quase 547 mil hectares administrada pela Divisão de Reservas e Parques Estaduais (DRPE). Ou seja, é praticamente um homem para cuidar de uma área equivalente a 6,9 mil campos de futebol. O número mínimo de fiscais para os 547 mil hectares seria 400. Um grupo de 210 vigias, já aprovados em concurso público, aguarda ser chamado para trabalhar. “Temos problemas dentro das unidades. O número total de vigias é deficitário e isso reduz a eficiência da fiscalização em diversas áreas”, reconheceu José Luiz de Carvalho, do Instituto Florestal, órgão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Plantio de árvores está a um ‘clique’ de distância

Qualquer pessoa, mesmo que esteja a milhares de quilômetros de fragmento da Mata Atlântica, pode participar dos esforços para a conservação da floresta sem sair de casa (ou da frente do computador). Basta acessar a internet, digitar www.clickarvore.com.br e, uma vez na página do “Click Árvore”, procurar o link “plantar”. O link dá acesso a um cadastro, que deve ser preenchido com os dados do participante. Cada clique corresponde a uma nova árvore a ser plantada em área de Mata Atlântica, custeada pelos patrocinadores do projeto. Mais de 6,5 milhões de árvores já foram virtualmente plantadas por pessoas que acessaram o site. Os proprietários de terras também podem participar, recebendo mudas para o plantio. O projeto abrange os 17 estados brasileiros originalmente ocupados pelo bioma Mata Atlântica.(PM/AAN)

SAIBA MAIS

O bioma Mata Atlântica está subdividido em diferentes ecossistemas, de acordo com a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo. São eles:

Floresta ombrófila densa: Mata sempre verde, fechada, com muitos arbustos, samambaias e bromélias, palmeiras e trepadeiras e árvores de até 40 metros de altura. Típica das proximidades do mar e das encostas litorâneas

Floresta ombrófila mista: típica mata de araucária, encontrada em áreas subtropicais e planaltos do Sul do Brasil e em áreas de maior altitude do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro

Floresta estacional (decidual e semidecidual): floresta típica do planalto paulista, encontrada em áreas da região de Campinas. Tem árvores com até 30 metros de altura e espécies que perdem as folhas nos períodos de clima mais frio

Manguezais: formação que aparece no litoral, em áreas de água salobra, com poucos tipos de árvores

Restingas: Ocorre sobre dunas e planícies litorâneas, ocupando grandes extensões costeiras. Às marges das praias surgem sobretudo gramíneas e vegetação rasteira. À medida que avança para longe das praias, a vegetação de restingas fica mais densa e mais variada

OS NÚMEROS

120 MILHÕES DE HABITANTES - É o número de brasileiros que vivem em áreas que são atualmente ocupadas ou que já foram ocupadas por mata atlântica. Isso corresponde a 66% da população de cerca de 180 milhões de habitantes do País. É a área onde também são gerados cerca de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, que estava em R\$ 1,937 trilhões em 2005

197 FRAGMENTOS FLORESTAIS - É a quantidade de remanescentes da Mata Atlântica no território do Município de Campinas (que tem uma área de 795,7 quilômetros quadrados)

Autor

1780

Data da Publicação

19/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Alma brasileira foi gerada nas sombras da floresta

Identificação

Brasil - pg 06 - Paulo Martinelli

Resumo

[EMPTYTAG]Alma brasileira foi gerada

Fatos importantes da nossa história aconteceram em solo do bioma

Íntegra

Paulo Martinelli

DA AGÊNCIA ANHANGÜERA

Quem acompanha documentários sobre a natureza brasileira sabe que a grande estrela para os jornalistas e cineastas estrangeiros é a Floresta Amazônica. Nem poderia ser diferente. A Amazônia é como a foto numa carteira de identidade do Brasil. Imensa, densa, misteriosa, ameaçada e estereotipada, ela mexe com a imaginação de meio-mundo. Mas há uma outra floresta, esquecida.

Se considerarmos a História do Brasil conforme nos é ensinada na escola, que dá aos portugueses oficialmente o mérito do Descobrimento, foi sobre os arvoredos sem fim da Mata Atlântica que o olhar europeu pousou primeiro, fascinado. De suas naus e caravelas, os navegantes avistaram um bioma tão exuberante que lhes pareceu terem chegado ao paraíso citado na Bíblia.

Nem paraíso e nem inferno, a área da Mata Atlântica foi o palco da maior parte dos episódios de nossa história. Nela se forjou nosso caráter. Foi ela que pariu nossa alma. Nela se deram os primeiros ciclos econômicos do País, a extração do pau-brasil e o plantio da cana. Foi em seus antigos domínios que se plantou o café. Foi de suas árvores que saiu a lenha para as locomotivas pioneiras. À sua sombra os cacauzeiros foram plantados. É sobre seu solo ancestral que a maior parte do PIB nacional é gerado.

De sua cobertura original de cerca de 1,1 milhão de quilômetros quadrados — que se estendiam do Nordeste ao Sul do País à época do Descobrimento, área correspondente a duas vezes o território da França e a três vezes o território da Alemanha — restam apenas entre 7% e 8%. E esse restante precisa ser conservado não somente por razões sentimentais, estéticas ou ideológicas. Precisamos da Mata Atlântica, a floresta esquecida, por uma questão de sobrevivência. Nossa sobrevivência, aliás — e não apenas dos incontáveis animais (muitos deles ameaçados de extinção), plantas (muitas delas de valor comercial e medicinal, como a espingueira-santa) e microrganismos que se abrigam ao pé de seus arvoredos.

Basta lembrar que a água que jorra farta de nossas torneiras deve sua fartura a remanescentes da Mata Atlântica que protegem inúmeras nascentes.

Polêmica

Não existe consenso entre especialistas sobre o que é ou não Mata Atlântica. Alguns autores entendem como tal apenas as florestas que se estendem nas áreas próximas ao Oceano Atlântico, como ocorre no Litoral paulista. Para outros, contudo, a floresta se alarga para longe do mar no Sudeste e no Sul do País, indo para Oeste, adentrando, inclusive, em território de outros países como Argentina e Paraguai, abrangendo diferentes ecossistemas. Organizações não-governamentais de defesa do bioma tendem a adotar o conceito mais amplo.

Nesta série de reportagens foi adotada esta mesma opção, que tem por base o Decreto Lei 750/93. Esta lei estipula que o Domínio da Mata Atlântica “é o espaço que contém aspectos fitogeográficos e botânicos que tenham influência das condições climatológicas peculiares do mar incluindo as áreas associadas delimitadas segundo o Mapa de Vegetação do Brasil (IBGE, 1993) que inclui as Florestas Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual, manguezais, restingas e campos de altitude associados, brejos interioranos e encaves florestais da Região Nordeste.”

Autor

1780

Data da Publicação

20/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Bioma sofre ataques há milênios

Identificação

Brasil - pg 03 - Raquel Lima

Resumo

Índios deram início à devastação da Mata Atlântica séculos atrás, um processo que prossegue atualmente em todo o País

Íntegra

Raquel Lima

DA AGÊNCIA ANHANGÜERA

O processo de devastação da Mata Atlântica, que nos deixou com apenas cerca de 7% da área original, não aconteceu de uma hora para outra. Para compreender como o bioma chegou a essa preocupante situação é preciso voltar vários capítulos da nossa história. O historiador norte-americano Warren Dean, morto em 1994, descreveu em seu livro *A ferro e fogo — A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira* que “para o homem, a coexistência com a floresta tropical sempre foi problemática”.

Dean conta em sua obra que, para os primeiros humanos, provavelmente a floresta era de pouco interesse. A atenção estava sobre os grandes herbívoros e os habitantes do continente na época preferiam fazer seus acampamentos perto de cursos d'água com margens arborizadas.

O interior da floresta, provavelmente, não era atrativo como moradia, já que ali os animais eram mais raros e difíceis de caçar. Com o declínio dos grandes animais de caça, alguns dos homens que ainda exploravam a atividade mudaram-se para a margem das baixadas do

continente.

Veio então a agricultura, que transformou de forma radical a relação dos homens com a floresta. A agricultura era muito mais viável na região da Mata Atlântica do que nos solos do cerrado. Na avaliação de Dean, a agricultura pode ter reduzido a complexidade e a biomassa em áreas consideráveis da Mata Atlântica durante os mais de mil anos em que foi praticada antes da chegada dos europeus. Esse fato mostra que a convivência harmoniosa dos antigos habitantes do Brasil com a floresta é apenas um mito politicamente correto.

Depois dos índios, vieram os marinheiros portugueses, e um dos primeiros atos do grupo foi derrubar uma árvore, dando início à segunda invasão da Mata Atlântica.

Primeiramente, surgiu o interesse pelo pau-brasil. Depois, o interesse também se voltou para animais. As capitânicas (faixas costeiras paralelas) expandiram a ocupação européia pela floresta. Começaram então algumas culturas, como figo, pêra, cebola, pepino, uva e trigo e mas o mais valioso e viável, a de cana-de-açúcar.

No século 18, foi a vez das grandes descobertas de minerais preciosos e a conseqüente destruição da Mata Atlântica. Quando os garimpeiros perceberam a redução da atividade mineradora, seus domínios foram estendidos para o intocável interior da floresta. “O século 18, então, representou o início de uma tendência irreversível e cumulativa na exploração da Mata Atlântica”, escreveu o historiador norte-americano.

Já no século 19, a queimada da floresta para plantar cafezais foi a principal causa do desflorestamento. Mas não foi a única. O mercado do café proporcionou o crescimento demográfico, a urbanização e a industrialização. A população passou a consumir grandes quantidades de lenha, situação que se agravou com a implantação da estrada de ferro e do barco a vapor.

Atualidade

Apesar de o acesso à informação ser maior e o movimento ambientalista ter ganho forças nos últimos anos, a destruição da Mata Atlântica continua nos nossos dias. As ameaças à floresta acontecem em diversas regiões do País e em diferentes níveis de ação. A caça, apesar de ilegal, ainda é praticada, seja para sobrevivência ou simplesmente como esporte.

A exploração de recursos também permanece. Além da madeira, a extração do palmito é uma das mais sérias ameaças. De acordo com Helena Maltez, coordenadora do programa Mata Atlântica da ONG WWF-Brasil, 95% do palmito que é vendido ilegalmente é extraído da floresta. “Há ainda a retirada de plantas medicinais sem monitoramento ou plano de manejo”, completou a especialista.

No Estado de São Paulo, a Mata Atlântica sofre com a ocupação desordenada da população. Novos loteamentos avançam, a cada dia, na área do bioma. É só lembrar, por exemplo, a cidade de Cubatão, na Região Metropolitana da Baixada Santista.

Mas o problema também pode ser encontrado em Campinas. Duas matas do município, fragmentos da floresta atlântica que sobreviveram ao “progresso” no distrito de Sousas, são exemplos de pressão sofrida pela especulação imobiliária. A Mata Ribeirão Cachoeira, um laboratório vivo para os cientistas da região, está praticamente cercada pelas chácaras de um condomínio fechado. Segundo testemunho de pesquisadores da Unicamp que lá realizam estudos, cães domésticos invadem a mata, perseguem e matam animais selvagens. Alguns moradores chegam a bombear a água pura da mata para suas casas, prática ilegal.

A Mata Santana, às margens do Rio Atibaia e distante cerca de 10 quilômetros em linha reta do Centro de Campinas, também está sendo cercada por condomínios residenciais, além de estar vizinha à movimentada rodovia D. Pedro I. É das proximidades desse fragmento que Campinas tirá água para abastecimento.

Ambos os remanescentes florestais de Campinas tem papel importante na manutenção de

recursos hídricos do Município e da região: abrigam nascentes e cursos d'água que ajudam a abastecer os principais mananciais. No aspecto científico, por exemplo, a importância dos fragmentos campineiros de mata não é menor: estudos dos pesquisadores Célio F.B. Haddad da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e José Peres Pombal-Júnior (do Museu Nacional), as matas são o habitat do pequeno sapo pingo-de-ouro (*Brachycephalus ephippium*) e de uma nova espécie de perereca (*Hyla hiemalis*), que tem sido encontrada apenas nos municípios de Campinas e Jundiá (e que foi descrita pela primeira vez na Mata Santana), e a espécie endêmica *Hyla sazimai*.

Outras localidades

No Espírito Santo, a Mata Atlântica é vítima da expansão agropecuária, pois quando as terras se tornam inférteis, agricultores e pecuaristas buscam solos não exauridos em locais com mata nativa. No sul da Bahia, onde está a maior área de remanescentes da floresta na Região Nordeste, a expansão desordenada das atividades agrícolas e urbanas também constitui a maior ameaça, somada à extração de madeira, turismo predatório e à criação de camarões.

Dessa região vem, inclusive, um exemplo emblemático de descaso. Em Itacaré, na Costa do Cacaú baiana, por pouco remanescentes de Mata Atlântica não vieram abaixo para dar espaço a conjuntos habitacionais populares. Com o aumento do turismo nesta cidade litorânea e em áreas adjacentes, como a Península de Maraú, a pressão antrópica (provocada pelo homem) vem crescendo. Para os moradores do local, inclusive, as conseqüências do encolhimento da Mata Atlântica já podem ser sentidas na diminuição da quantidade de chuvas.

Fungo é responsável pela mortandade de anfíbios

A ameaça à Mata Atlântica também vêm de forma microscópica. Dois estudos realizados por pesquisadores brasileiros constaram a presença do fungo da quitridiomíose em cinco espécies de anfíbios, de um total de 25 analisadas, de diferentes regiões da floresta. O patógeno é responsável pela morte de populações de anfíbios na América Central e outras regiões do planeta.

Os pesquisadores investigam a possibilidade de o fungo estar associado ao declínio populacional e à extinção localizada de algumas espécies, registrados no início dos anos 80. Os declínios populacionais podem levar à extinção de espécies e prejudicar o equilíbrio ecológico de seus ecossistemas.

Não se sabe se o homem tem alguma influência sobre a origem ou a dispersão da doença. O fungo já foi detectado em todos os continentes e, segundo os pesquisadores, está associado ao declínio de pelo menos 93 espécies de anfíbio no mundo - 43 delas na América Latina. A doença é transmitida por contato direto entre os animais ou por dispersão de esporos no meio ambiente, principalmente pela água. Muitos cientistas suspeitam de uma relação entre o agravamento da doença nos últimos anos e as mudanças climáticas associadas ao aquecimento global. Alterações de temperatura e de pluviosidade podem criar condições mais propícias à transmissão do fungo e tornar os animais mais suscetíveis.(RL/AAN)

Autor

1780

Data da Publicação

20/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Crônica de um desastre anunciado

Identificação

Brasil - pg 03

Resumo

José Bonifácio de Andrada e Silva já condenava, no início do século 19, a maneira como nós lidamos com a natureza

Íntegra

Sombras. O olhar não vai muito adiante, barrado pela massa de vegetais (ao contrário dos campos, onde a vista se perde quase sem barreiras). O perigo que se esconde nos emaranhados de caules e cipós; a fera que espreita; a flecha; o grito primal na copa da árvore. Signos da natureza bruta, memória da espécie. Talvez seja um instinto humano tentar por ordem no caos. Ou apenas medo, temor atávico. Por tudo isso, quem sabe, derrubamos florestas, trocando-as pela simetria confortável das plantações, dos nossos quarteirões quadrados, dos nossos postes cinzentos, das terras desnudas abertas ao sol e dos jardins floridos e mansos — onde queremos ter sabiás e colibris. Mas, nosso real pretexto é sempre a ganância.

Durante quase 500 anos encaramos o verde prodigioso do Brasil como um estorvo, um empecilho ao progresso. Da mata saem as feras, os índios, os demônios, as criaturas peçonhentas, os miasmas e as doenças. Aos desbravadores, colonizadores e pioneiros, a natureza parecia tão inesgotável quanto inimiga. Não faz muito, ainda se pensava assim. No início dos anos 70, derrubar mato era sinônimo de progresso. O Regime Militar de então pregava o domínio dos brasileiros sobre seu maior patrimônio ecológico, a Amazônia. A propaganda oficial, embalada no ufanismo do Brasil grande e rico, chamava a floresta de “inferno verde”.

Contudo, muito antes do que se imagina, vozes já antecipavam o desastre, anunciando conseqüências da devastação. É o caso de José Bonifácio de Andrada e Silva, o “Patriarca da Independência”, que profetizou em 1823: “Nossos montes e encostas vão-se escavando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes que favoreçam a vegetação e alimentam as nossas fontes e rios, sem o que o nosso belo Brasil, em menos de dois séculos, ficará reduzido aos páramos e desertos áridos da Líbia.”

A descoberta de José Bonifácio como patriarca dos ambientalistas é mérito do historiador José Augusto Pádua, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Autor do livro *Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista - 1786/1888* (Jorge Zahar Editor). Pádua também lista outros 50 autores brasileiros, entre os finais do século 18 e meados do século 19, que mesmo sem o conhecimento disponível hoje, fizeram o contraponto à mentalidade da devastação. Muitos deles eram intelectuais formados pela Universidade de Coimbra e clamavam contra as técnicas sem base científica da agricultura tupiniquim, destacando, entre outras práticas, as queimadas — aliás, herdadas dos índios. (Paulo Martinelli/Da Agência Anhangüera)

Autor

1780

Data da Publicação

21/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Por que preservar a Mata Atlântica?

Identificação

Brasil - pg 03 - Raquel Lima

Resumo

Florestas interferem em recursos fundamentais para a sobrevivência humana, como a quantidade e a qualidade da água

Íntegra

Raquel Lima

DA AGÊNCIA ANHANGÜERA

Papo de ecologista às vezes é monótono e cansativo. Há quem fuja dele logo que o primeiro mandamento, “preserve a natureza”, é ecoado aos quatro cantos. Mas por que se preocupar com o meio ambiente e com a conservação e recuperação de florestas como a Mata Atlântica, o bioma mais ameaçado do País? “Perder a Mata Atlântica é perder em qualidade de vida”, resumiu Helena Maltez, coordenadora do programa Mata Atlântica da Organização Não-Governamental (ONG) WWF-Brasil. “Quando falamos de Mata Atlântica, estamos falando da nossa sobrevivência”, completou Mônica Fonseca, bióloga da ONG Conservação Internacional (CI-Brasil).

Se você ainda acha isso tudo um grande exagero, continue a leitura deste texto para saber mais sobre como a sua vida depende da floresta. Para começar, vamos falar da água.

As árvores conduzem a água da chuva das folhas para os galhos e escoam, pelo tronco, até alcançar o solo. “A água interceptada encontra condições favoráveis para infiltrar rapidamente ficando armazenada no lençol freático, que vai disponibilizá-la gradativamente para os cursos d'água, garantido a perenidade dos córregos, riachos e rios”, explicou o engenheiro agrônomo José Luiz de Carvalho, do Instituto Florestal de São Paulo.

Já a água que deixa de infiltrar-se no solo desprotegido de qualquer cobertura vegetal escorre pela superfície, arrasta terra, matéria orgânica e agroquímicos, que poluem a água, assoreiam rios e represas, comprometem os mananciais de abastecimento público e provocam enchentes.

As florestas também funcionam como reguladores climáticos, minimizando os extremos, como temperaturas muito altas ou muito baixas. A ampliação das áreas de florestas podem evitar o aquecimento global causado pelo aumento da concentração atmosférica de gás carbono (CO₂), principal responsável pelo efeito estufa. Isso porque, para crescer, as árvores aumentam o processo de fotossíntese, retirando assim o CO₂ do ar e fixando o carbono na madeira, folhas e raízes.

O conceito de seqüestro de carbono foi consagrado pela Conferência de Kyoto, em 1997. A conservação de estoques de carbono nos solos, florestas e outros tipos de vegetação, a preservação de florestas nativas, a implantação de florestas e sistemas agroflorestais e a recuperação de áreas degradadas são algumas ações que ajudam na redução da concentração de CO₂ na atmosfera.

Em um artigo, o botânico da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Carlos Alfredo Joly escreveu que a temperatura média da Terra já subiu, pelo menos, 0,5° C no último século e diversos cenários sugerem que deverá subir mais 2° C ou 3° C até o fim deste século. Joly destacou ainda que “com o aumento da temperatura temos, pelo menos para a região da Mata Atlântica, a previsão de uma diminuição significativa nos índices pluviométricos. Ou seja, dentro de 100 anos a área ocupada hoje pela Mata Atlântica será mais quente e mais seca”.

Fauna e flora

O desmatamento da Mata Atlântica também afeta diretamente a fauna e a flora, É nela que plantas e animais encontram o alimento e o abrigo necessário para sobreviver. Sem a mata, diversas espécies ficam ameaçadas de extinção. Fauna e flora formam o equilíbrio do sistema:

enquanto alguns animais só se alimentam de determinado tipo de planta, a fauna é responsável pela manutenção das diferentes espécies vegetais nos ecossistemas ao ajudar na transferência do pólen da flor de uma árvore para outra da mesma espécie.

As florestas também se destacam pelo seu valor estético, seu potencial para atividades educativas e recreativas e também, claro, econômicas. Afinal, consumimos muitas coisas que vêm da Mata Atlântica, como frutas, a mandioca, o palmito, a vassoura de piaçava, o pau-brasil e até remédios. “Alguns defendem como sagrado aquilo que restou. Mas não é porque é sagrado que não deve ser útil”, defendeu Clayton Ferreira Lino, especializado em Patrimônio Ambiental Urbano e Manejo de Áreas Naturais Protegidas, é diretor técnico do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

A destruição da vegetação nativa também interfere nos aspectos sociais, como contribuir para o desaparecimento de culturas locais e de populações tradicionais das florestas, como indígenas e caiçaras.

Autor

473

Data da Publicação

21/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Ciência e Tecnologia garantem eficácia na recuperação da mata

Identificação

Brasil - pg 03 - Raquel Lima

Resumo

Trabalhos como o do Inpe e de universidades mapeiam como e onde agir nas áreas florestais

Íntegra

O trabalho da ciência e da tecnologia tornou a preservação e a restauração da Mata Atlântica mais eficientes. Por meio delas, os pesquisadores conseguem entender onde e como está a floresta. “Já há grupos de pesquisas voltados exclusivamente para isso. Quanto mais gente trabalhar nesta área, melhor”, disse à reportagem a bióloga Anita Diederichsen, coordenadora de Ciências do Programa Mata Atlântica da Organização Não-Governamental (ONG) The Nature Conservancy.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, auxilia a Fundação SOS Mata Atlântica, desde 1989, no mapeamento e monitoramento dos remanescentes florestais e ecossistemas associados da Mata Atlântica. O trabalho conta com a utilização de recursos e tecnologias da área da informação, sensoriamento remoto e geoprocessamento para produção de informações permanentemente aprimoradas e atualizadas desse bioma. São 115 imagens de satélites. Flávio Jorge Ponzoni, pesquisador do Inpe responsável pelo Atlas da Mata Atlântica pondera, no entanto, que o trabalho “nunca teve a função de fiscalização”. “É só um diagnóstico, mas é um apoio para a pesquisa nas academias”, afirmou Ponzoni.

No início de 2001, por exemplo, houve o lançamento do Atlas Biota/Fapesp, que une os dados do Sistema de Informação Ambiental (SinBiota) e os mapas do Estado de São Paulo, produzidos pelo Instituto Florestal e auditados pela Unicamp, permitindo o mapeamento das espécies coletadas e possibilitando um futuro desenvolvimento de ferramentas que permitam a previsão da distribuição dessas espécies.

O professor Ricardo Ribeiro Rodrigues, do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP), em Piracicaba, trabalha no Programa de Adequação Ambiental de Propriedades Agrícolas. “Atualmente, a restauração florestal em propriedades rurais tem se concentrado principalmente no ambiente ciliar, pois nas microbacias hidrográficas as matas ciliares desempenham importante papel ambiental ao proteger o sistema hídrico”, disse. “Muito conhecimento científico sobre vários aspectos de matas ciliares foi gerado nas últimas décadas, principalmente sobre os processos envolvidos na sua dinâmica, tanto de matas ciliares preservadas, como de matas ciliares em diferentes graus e tipos de degradação, o que tem conduzido a uma significativa mudança na orientação dos programas de manejo e restauração dessas formações ciliares, que deixaram de ser mera aplicação de práticas agronômicas ou silviculturais, para assumir a difícil tarefa da reconstrução das complexas interações existentes numa vegetação florestal”, completou

Ainda na avaliação do especialista, o desafio atual “se concentra na tradução desse conhecimento científico em ações práticas de conservação, manejo e de restauração das matas ciliares, que efetivamente resultem na perpetuação dessas áreas restauradas”.

(RL/AAN)

Autor

473

Data da Publicação

22/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Mata é a campeã da biodiversidade

Identificação

Brasil - pg 04

Resumo

Embora cinco vezes menor que a Amazônia, a floresta atlântica tem, proporcionalmente, mais espécies animais e vegetais

Íntegra

Paulo Martinelli

DA AGÊNCIA ANHANGÜERA

Imagine uma floresta exuberante que se espalha de norte a sul por cerca de 3 mil quilômetros, ao longo de diferentes latitudes, por diversos regimes climáticos e de chuvas, assentada em relevo diversificado. Tal multiplicidade de ambientes e situações só pode resultar em uma peculiaridade: uma espantosa biodiversidade.

Tal floresta existe e é o tema desta série de reportagens. Ainda que da vasta cobertura original só restem entre 7% e 8%, a Atlantic Rain Forest, como é conhecida internacionalmente, está longe de ter um inventário completo sobre as espécies animais e vegetais que abriga. Para se ter uma idéia, somente o grupo de estudiosos liderado pelo botânico Harri Lorenzi, do Instituto Plantarum, de Nova Odessa, descobre seis novas espécies vegetais anualmente em ambiente de floresta atlântica.

Por isso, só se pode tratar o tema biodiversidade da Mata Atlântica por meio de estimativas provisórias. Projeções indicam que na floresta sobrevivam 261 espécies de mamíferos (73

endêmicos, ou seja, animais que só existem em ambiente de Mata Atlântica e em nenhum outro lugar do mundo), 340 espécies de anfíbios (253 endêmicos), 1.020 de aves (188 endêmicas), 192 de répteis (60 endêmicos). No caso dos primatas, por exemplo, avalia-se que até dois terços das cerca de 25 espécies de macacos da Mata Atlântica sejam endêmicos.

Para os vegetais, as projeções dão conta de 20 mil espécies de plantas vasculares (vegetais com tecidos especializados no transporte de seiva, nutrientes e água). Destas, metade só existe na Mata Atlântica. Segundo estudos de cientistas do Jardim Botânico de Nova York e do Instituto do Cacau, da Bahia, a Mata Atlântica é dona da maior diversidade de árvores do planeta. Além disso, por ser mata úmida, a floresta também se caracteriza pela grande quantidade de epífitas (bromélias e orquídeas).

“A biodiversidade da Mata Atlântica é maior do que qualquer outra vegetação do País”, atesta o botânico Harri Lorenzi. Isso quer dizer que, embora cinco vezes maior, a Amazônia perde em biodiversidade para sua irmã menor.

O fato de existirem tantas espécies vegetais e animais exclusivas da floresta atlântica aponta para uma dura constatação: se a mata desaparecer, tais espécies vão junto para o balaio do tempo. Essa realidade, somada ao estado de ameaça e à biodiversidade, deu à Mata Atlântica o título de hotspot mundial. Tal status, conferido pela Conservation International, uma entidade ambiental internacional, coloca nossa mata ao lado de outros 24 biomas em redor do planeta (veja reportagem abaixo).

A grande biodiversidade da Mata Atlântica tem expressão não somente em largas porções de floresta, como ocorre no Litoral paulista. Ela ocorre também em fragmentos significativamente menores, como é o caso da Mata Ribeirão Cachoeira, no distrito de Sousas, em Campinas. Com uma área de 233 hectares (equivalente a 2,3 quilômetros quadrados ou 2,3 milhões de metros quadrados), o fragmento foi alvo de estudos da bióloga Denise Gaspar, que listou os mamíferos selvagens não-voadores para uma tese de doutorado defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Analisando vestígios, avistando, capturando e fotografando os animais, Denise apurou a existência de 30 espécies de mamíferos não-voadores na mata, entre primatas, felinos, roedores, canídeos e criaturas de outras famílias.

A lista, elaborada entre 2001 e 2003, contém ainda algumas surpresas, como onças-pardas e lobos-guarás, espécies ameaçadas de extinção. Além de animais, a Ribeirão Cachoeira é abrigo de diversas espécies vegetais. Segundo estudos feitos por Karin dos Santos e Luiza Sumiko Kinoshita para o Instituto de Biologia da Unicamp, o remanescente florestal tem 175 espécies pertencentes a 119 gêneros e 49 famílias. Quanto à forma, 150 espécies são arbóreas, totalizando 86% da amostra. Além das árvores, 12 espécies são arvoretas (7%) e 13 são arbustos (7%). É bom lembrar que a Ribeirão Cachoeira, típica floresta estacional semidecídua, está a cerca de 30 minutos de automóvel do centro de Campinas e se encontra vizinha a loteamento, fazendas e estradas vicinais, o que é uma situação de ameaça.

Bactérias e esquilos

Uma floresta tropical precisa ser sempre entendida como um sistema dinâmico e complexo, no qual animais, plantas, microrganismos e o ambiente vivem em perpétua interação e interdependência. Calor, umidade, ar, luz, solos e matéria orgânica numa química perpétua. Vida que nasce. Vida que pulsa. Vida que morre. Decomposição, reciclagem e transformação. Fungos, bactérias, algas, líquens. A quietude é apenas aparente.

Na verdade, as florestas podem ser compreendidas como um conjunto de diferentes ecossistemas com seus seres em particular. As árvores, por exemplo, são o ambiente exclusivo de algumas espécies. O meio arborícola é o cenário da sobrevivência de macacos, cuícas, preguiças, ratos, ouriços e esquilos.

Se no que se refere a vertebrados da Mata Atlântica os números já são significativos, nem dá para se imaginar a quantidade de espécies de invertebrados e microrganismos. Para se ter uma idéia, uma pesquisa feita por cientistas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP) e da Universidade da Califórnia computou que na superfície de uma única folha

de árvore da floresta atlântica podem viver centenas de espécies de bactérias. Destas, 97% são ainda desconhecidas. Estimativas feitas pelos pesquisadores lançam entre 2 milhões e 13 milhões de novas espécies de bactérias vivendo nas folhas das 20 mil espécies de plantas vasculares.

Quanto aos invertebrados, um estudo da Universidade Católica de Salvador fornece uma amostra do que poderia ser encontrado. Pesquisadores listaram 60 diferentes espécies de aranhas e 362 indivíduos em uma área de 30 metros por cinco metros, na floresta costeira da Bahia.

Palmito

A perda de uma simples espécie implica em bem mais que um exemplar a menos para maravilhar nossos olhos. Pode implicar em ameaça para nós, humanos. Um animal ou planta que se vai representara ruptura em uma cadeia de interações naturais. É conhecida a relação entre aves e plantas na Mata Atlântica, como é o caso dos araçarís (aves parecidas com tucanos) e o palmito juçara, de valor alimentício e econômico. Os araçarís comem os frutos das palmeiras e dispersam suas sementes, agindo como verdadeiros agricultores. O desaparecimento de um ou outro, portanto, pode implicar em um desastre.

Num exemplo simples, podemos imaginar um fragmento de floresta onde as onças-pardas tenham desaparecido. Sem estas, espécies que são predadas por elas, como os quatis e os gambás, vão proliferar. Em grande número, tais mamíferos vão atacar aves, ninhos e ovos. Com as aves em número menor, teremos menos dispersão de sementes. Sem sementes, menos floresta. Como florestas exercem poder de regulador climático e também protegem nascentes de cursos d'água — entre outras funções — podemos pagar o pato com escassez de água e durezas climáticas, entre outras desgraças.

OS NÚMEROS

454 ESPÉCIES é a quantidade de espécies vegetais por hectare na Mata Atlântica do Sul da Bahia, um recorde mundial

476 ESPÉCIES é a quantidade de espécies por hectare nas áreas montanhosas do Espírito Santo, outro recorde mundial

Autor

2928

Data da Publicação

22/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Bioma é um dos hotspots da Terra

Identificação

Brasil - pg 04

Resumo

Conceito foi criado para mapear importantes áreas de variedade animal e vegetal

Íntegra

A Mata Atlântica está entre os cinco primeiros colocados na lista dos hotspots do mundo, de

acordo com a Organização Não-Governamental (ONG) Aliança para a Conservação da Mata Atlântica.

A estratégia dos hotspots é justificada pelo fato que os conservacionistas estão longe de conseguirem proteger todas as espécies ameaçadas do mundo. Assim, a definição de prioridades pode aumentar a eficiência das ações de cada recurso investido em conservação.

O criador do conceito hotspot foi o ecólogo inglês Norman Myers, em 1988, que teve a intenção de mapear as áreas mais importantes da Terra em termos de biodiversidade. Naquele ano, Myers havia identificado dez hotspots mundiais, ou seja, dez regiões que concentravam os mais altos níveis de variedade animal e vegetal e onde as ações de conservação seriam mais urgentes.

De acordo com a Organização Não-Governamental (ONG) Conservação Internacional (CI-Brasil), entre 1996 e 1999, o primatólogo norte-americano Russell Mittermeier, presidente da CI, ampliou o trabalho de Myers com uma pesquisa que contou com a participação de mais de cem especialistas. A partir desse trabalho, aumentou para 25 as áreas no planeta consideradas hotspots. Juntas, elas cobriam apenas 1,4% da superfície terrestre e abrigavam mais de 60% de toda a diversidade animal e vegetal existente no planeta.

Em fevereiro do ano passado, a CI atualizou a análise dos hotspots e identificou nove novas áreas, passando para 34 os hotspots. No entanto, a soma de todas essas regiões representam apenas 2,3% da superfície terrestre, onde estão 50% das plantas e 42% dos vertebrados conhecidos.

Sítios

Em 1998, o governo brasileiro, atendendo à solicitação da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo e do Governo do Estado do Paraná, por meio do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, requisitou à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) a inclusão das regiões de Mata Atlântica do Alto Ribeira e Lagamar para serem incluídas na Lista do Patrimônio Mundial como Sítios do Patrimônio Mundial Natural. Em 6 de janeiro de 2000, a Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco aprovou a proposta.

Humanidade

São considerados patrimônio mundial cultural e natural os bens inestimáveis e insubstituíveis não apenas para uma nação mas para toda a humanidade. A perda por degradação ou desaparecimento de qualquer um desses preciosos bens constitui um empobrecimento do patrimônio de todos os povos do mundo.

As áreas protegidas englobadas como Sítio do Patrimônio Mundial Natural nos Estados de São Paulo e Paraná possuem 468,193 hectares de zona núcleo, que são as áreas legalmente protegidas e 1.223,557 hectares de zonas de transição, que são as áreas de entorno as zonas núcleo e que têm a função de protegê-las. (Raquel Lima/Da Agência Anhangüera)

Autor

2928

Data da Publicação

23/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Corredores preservam fauna e flora

Identificação

Brasil - pg 04 - Raquel Lima

Resumo

Ligação entre diferentes fragmentos de floresta é uma alternativa viável para defender a biodiversidade da Mata Atlântica

Íntegra

Raquel Lima

DA AGÊNCIA ANHANGUERA

O cenário fragmentado da área remanescente da Mata Atlântica é um desafio à parte para a biodiversidade do principal bioma brasileiro. O que restou da floresta está distribuído em pequenas “ilhas” cercadas por pastagens, agricultura e outras atividades, o que praticamente impede o trânsito das espécies e, conseqüentemente, a troca de material genético, essencial para a preservação da flora e da fauna a longo prazo.

“Quando no cruzamento há graus de parentesco, como primos e irmãos, ocorre uma degeneração genética, que provoca a perda da capacidade de competir dentro do sistema, como argumenta a Teoria da Evolução”, explicou o agrônomo e secretário-executivo do Instituto BioAtlântica, André Loubet Guimarães.

Sozinhos, os parques e as reservas não conseguem atender essa demanda. Só para se ter uma idéia, de acordo com especialistas, um casal de onças precisa de uma área de 50 mil hectares (equivalente a 50 mil campos de futebol) para viver em harmonia, se alimentar e reproduzir. Porém, a maioria das unidades de conservação da Mata Atlântica possui, em média, cerca de 10 mil hectares.

Há ainda um outro fator que afeta um fragmento de floresta: o “efeito de borda”, uma alteração na estrutura, na composição e/ou na abundância relativa de espécies na parte marginal da “ilha” de floresta em razão da incidência de raios solares, ventos, incêndios, pastoreio do gado e outros fatores antrópicos. Quanto menor e mais isolado o remanescente florestal for, mais intenso é o efeito de borda e maior é a alteração na estrutura e composição da floresta. Além disso, as populações que vivem em fragmentos estão mais sujeitas a eventos demográficos e ambientais aleatórios, tomando-as mais vulneráveis à extinção local, caso do mico-leão-dourado no Rio de Janeiro.

Uma das estratégias para amenizar os impactos negativos da fragmentação é criar “pontes” que liguem um fragmento a outro, aumentando assim as áreas remanescentes. Essas pontes são os chamados Corredores de Biodiversidade. São áreas geográficas extensas que compreendem uma rede de áreas protegidas entremeada por áreas com diferentes graus de interferência humana. Ali, o manejo é integrado para ampliar a possibilidade de permanência de todas as espécies, a manutenção de processos ecológicos e evolutivos e o desenvolvimento de uma economia regional baseada no uso sustentável dos recursos naturais.

O diretor do Programa Mata Atlântica da Organização Não-Governamental (ONG) Conservação Internacional (CI-Brasil), Luiz Paulo Pinto, explicou que um dos métodos para a implementação dos Corredores de Biodiversidade é a formação de corredores de fauna e flora, também chamados de Corredores Ecológicos, que são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais que ligam unidades de conservação e possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento das espécies de fauna e flora. Assim, facilitam a dispersão e a recolonização de áreas degradadas, além da manutenção de populações que precisam de áreas com extensão maior do que aquelas das unidades individuais para sobreviver.

“Os Corredores Ecológicos podem ser formados a partir de sistemas produtivos, como árvores frutíferas, para que o sujeito continue ganhando dinheiro. A floresta não pode ser vista como obstáculo”, disse Guimarães. De acordo com o agrônomo, 80% da área atual da Mata Atlântica

está em mãos de particulares. “Esses proprietários precisam ser convencidos de que têm de ser parte ativa no processo”, afirmou.

OS NÚMEROS

4,6
METROS
QUADRADOS

É o espaço de área verde que existe em Campinas para cada um de seus habitantes

12
METROS
QUADRADOS

É o índice recomendado de área verde por habitante

A FRASE

“A recuperação e a preservação da Mata Atlântica têm de ser algo rentável para poder competir com o seu processo de devastação. Todos nós temos uma função na recuperação da floresta. O Corredor de Biodiversidade é uma ferramenta a mais à nossa disposição.”

ANDRÉ LOUBET GUIMARÃES
Secretário-executivo do Instituto BioAtlântica

Ministério apontou áreas prioritárias

Os biólogos Márcio Ayres e Gustavo da Fonseca apresentaram em 1996 o documento Os Corredores das Florestas Neotropicais, num workshop que discutiu propostas e alternativas às versões preliminares do Projeto Parques e Reservas. Em 2001, foi criado o Projeto Corredores Ecológicos. Foram propostos sete grandes corredores, dos quais cinco na Amazônia (Corredor Central da Amazônia, Corredor Norte da Amazônia, Corredor Leste da Amazônia, Corredor Oeste da Amazônia, Corredor dos Ecótonos Sul-amazônicos) e dois na Mata Atlântica (Corredor Central da Mata Atlântica e Corredor da Serra do Mar). Destes, foram priorizados o Corredor Central da Amazônia, com 245.500 quilômetros quadrados (o tamanho do Reino Unido), e o Corredor Central da Mata Atlântica, com 77.500 quilômetros quadrados (área maior do que a Irlanda). No Corredor Central da Mata Atlântica, a estratégia é assegurar a proteção dos remanescentes florestais significativos e incrementar, gradativamente, o grau de ligação entre porções nucleares da paisagem por meio do controle, proteção e recuperação da cobertura florestal e desenvolvimento de atividades de produção sustentável que contribuam com essa conexão. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, foram indicadas 11 áreas prioritárias para o trabalho no Corredor Central da Mata Atlântica. Segundo o governo federal, foram investidos R\$ 4 milhões no projeto, sendo que a primeira fase foi financiada pelo Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais, administrado pelo Banco Mundial (doação) com contrapartida dos governos federal e estadual. Para os próximos anos, estão previstos, de acordo com o ministério, a consolidação de mini- corredores nas 11 áreas focais, fortalecimento do sistema de fiscalização, integração de ações de vigilância e monitoramento dos órgãos governamentais, redução de desmatamento e incentivo a alternativas sustentáveis de geração de renda. **(RL/AAN)**

Autor
473

Data da Publicação
23/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Recuperação depende de municípios

Identificação

Brasil - pg 04 - Raquel Lima

Resumo

Criação dos Eixos Verdes, projeto discutido em Campinas, é exemplo de ação

Íntegra

A recuperação da Mata Atlântica e a preservação de sua biodiversidade não dependem apenas de ações estaduais ou nacionais. Os município têm fundamental importância na defesa do mais importante bioma brasileiro. Em Campinas, por exemplo, o Conselho da Cidade discute a implantação do projeto dos Eixos Verdes, incluído no Plano Diretor da cidade e que tem como objetivo recuperar Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Várzeas degradadas com tendências para receberem entulhos e resíduos sólidos.

De acordo com a Prefeitura, esse risco ocorre, principalmente, na região do Campo Grande e Ouro Verde (Várzea do Rio Capivari e Córrego Pium), Vila União, Barão Geraldo (Ribeirão das Pedras e Ribeirão Anhumas), Sousas (Ribeirão dos Pires) e Joaquim Egídio (Ribeirão das Cabras).

Os Eixos Verdes são compostos por Corredores Ambientais Estratégicos (compreendidos pelos rios Capivari, Atibaia e Ribeirão Anhumas), Parques Lineares (do Rio Capivari, do Ribeirão das Pedras, do Ribeirão das cabras, da Vila União e do Córrego Pium) e Parques Públicos Temáticos (da Mata, das Águas, Botânico e do Café), além do plantio de novas mudas de árvores onde for tecnicamente possível a constituição de grandes alamedas verdes.

A diretora de Meio Ambiente da Prefeitura de Campinas, Mayla Yara Porto, prevê, num cálculo otimista, que num prazo de dez anos, Campinas poderá ganhar com a implantação do projeto áreas verdes equivalentes a mais dois Bosques dos Jequitibás, mais duas Lagoas do Taquaral e 13 Matas Santa Genebra.

Para tornar os Eixos Verdes realidade, será necessário implementar a criação de novos espaços verdes de urbanização (por meio de projetos integrados e diversificados com parcerias entre os poderes público municipal, estadual, federal e a iniciativa privada) e a consolidação de uma legislação que gere incentivos para as áreas em questão.

“Com isso, pretendemos obter cinco ganhos de relevância na qualidade ambiental da saúde: melhoria na qualidade do ar, maior conforto térmico, atenuando a temperatura e aumentando a umidade, aumento da permeabilidade do solo, diminuição da poluição sonora e o embelezamento paisagístico”, disse Mayla.

De acordo com a Prefeitura, o conteúdo da proposta foi elaborado em conjunto pelo Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Planejamento, Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema), além de ambientalistas de diversas entidades. **(RL/AAN)**

Autor

473

Data da Publicação

24/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Mobilização popular salvou a Juréia

Identificação

Brasil - pg 04

Resumo

Área da Estação Ecológica, criada há 20 anos, chegou a ser cogitada para receber duas usinas nucleares e condomínio

Íntegra**Raquel Lima**

DA AGÊNCIA ANHANGÜERA

Pense numa área de Mata Atlântica no Litoral Sul de São Paulo. Mas, no lugar da exuberante paisagem tomada pelo verde, são duas usinas nucleares ou um condomínio para 70 mil pessoas que compõem o cenário. Imaginou? Essa cena só não é realidade hoje graças à interferência da opinião pública que resultou, há 20 anos, na criação da Estação Ecológica de Juréia-Itatins (EEJI).

“A Juréia representa bem a Mata Atlântica do Brasil e do Sudeste e ainda há muito o que ser descoberto ali sobre a fauna e a flora”, disse Aziz Nacib Ab´Saber, um dos geógrafos mais respeitados do País.

São quase 80 mil hectares de uma riqueza biológica comparável a poucos lugares do mundo. Isso ocorre por uma somatória de fatores, entre eles as condições de sobrevivência oferecida graças a união de seis ecossistemas: a areia das dunas, o lodo do manguezal, o solo encharcado de água salobra (característico da restinga), as árvores altas das florestas de planície, as matas de encosta e os vegetais rasteiros das rochas, no topo da serra.

A ameaça ocorreu no início da década de 80, quando a Empresa Nuclebrás Brasileira S.A. decidiu construir na região as usinas nucleares Iguape 4 e Iguape 5, numa área de 23,6 mil hectares. Além disso, uma empreiteira também planejou construir na área do Rio Verde uma “cidade ecológica” para 70 mil habitantes. A Nuclebrás chegou a realizar pesquisas na região e obras de melhoria nas estradas locais, como terraplanagens, pontes e uma balsa no Rio Una. “Na época, não tínhamos noção do perigo que era uma usina nuclear e nem o impacto que causaria na floresta. O que chamava nossa atenção era que as ações da Nuclebrás poderiam melhorar nossa vida, com a construção de estradas, por exemplo”, contou Leopoldo da Silva Neves, de 57 anos, tradicional morador da região.

No entanto, movimentos populares, liderados principalmente pelos ambientalistas Ernesto Zwarg e Arnaldo Paschoalino, fizeram o governo federal desistir do programa nuclear. Nessa época, o empreendimento imobiliário já havia sido cancelado.

Foi em janeiro de 1986 que o governo estadual estabeleceu a EEJI, com 79.270 hectares por meio do Decreto nº 24.646. No ano seguinte, a EEIJ foi instituída pela Lei n.º 5.649.

Mosaico

Vinte anos após a sua criação, a Estação Ecológica de Juréia-Itatins voltou a ser motivo de discussão. Na última terça-feira, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou o projeto de lei 613/04, que altera os limites da EEJI e transforma a reserva no primeiro mosaico de unidades de conservação de diferentes categorias do Estado de São Paulo. Assim, em vez de toda a área ser classificada como Estação Ecológica, a EEJI passaria a contar com duas

Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e dois Parques Estaduais. Uma área de plantação de bananas foi excluída dos limites da Estação. Ainda pela proposta, a área da Estação deverá ser ampliada com a integração dos Banhados de Iguape, que possui a maior área florestada de planície costeira do litoral Centro-Sul do Estado e abriga fauna ameaçada de extinção. Assim, a EEJI passaria a contar com 96 mil hectares.

De acordo com o deputado Hamilton Pereira (PT), um dos autores do projeto, as modificações propostas têm como objetivo “assegurar o direito das comunidades, que precisam exercer atividades sustentáveis”, Como Estação Ecológica, as atividades na área são praticamente proibidas. O engenheiro agrônomo José Luiz de Carvalho, do Instituto Florestal de São Paulo, no entanto, vê o projeto com preocupação. “Não há nenhum levantamento sobre a capacidade de sustentabilidade das áreas alteradas pelo projeto de lei. Tenho receio que as pessoas não consigam explorar de forma sustentável e ameacem a floresta. É mais um uso político do que uma proposta técnica”, disse. “O mosaico é a pior coisa que poderia acontecer. Vai quebrar o sistema defendido no passado”, disse Ab’Saber.

‘Sou filho e neto da Mata Atlântica’, afirma morador

“Sou filho e neto da Mata Atlântica”. A declaração é feita com orgulho por Benedito Rodrigues, de 46 anos, auxiliar de pesquisa e guia na Estação Ecológica de Juréia-Itatins. Com jeito simples e fala tranquila, Dito, como é conhecido entre os moradores da região, defende com firmeza a floresta, que conhece como a palma da mão. Bastam algumas horas de caminhada com ele para conhecer um pouco dos segredos e benefícios que o bioma pode nos oferecer. “Aqui encontro remédios para dor de cabeça e dor de estômago, por exemplo”, disse Dito, que aprendeu os encantos da Mata Atlântica com o avô. Quando não está na mata, Dito pode ser encontrado na escola, não para aprender, mas para ensinar às crianças a importância da floresta na vida delas. “É preciso mostrar o quanto dependemos da natureza para viver”, declarou. O pai de Dito, Avelino Rodrigues, tem 78 anos de Mata Atlântica. No casebre sem energia elétrica e com fogão à lenha, reclama de “como as coisas estão diferentes”. “As pessoas não respeitam mais nada nem ninguém”, disse. A mulher de Avelino, Yolanda, de 70 anos, contou que adora “caminhar no mato”. “Sempre dependemos da floresta, mas também sempre a respeitamos. Caçávamos o suficiente para sobreviver e na época certa. Hoje em dia não ocorre mais isso”, lamentou

SAIBA MAIS - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

O conjunto das unidades de conservação federal, estadual e municipal forma o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC);

As unidades de conservação integrantes do SNUC estão divididas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Parque Estadual, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre) e Unidades de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Proteção Ambiental Estadual, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Floresta Estadual, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural);

As Estações Ecológicas destinam-se à preservação integral do bioma e demais atributos naturais existentes em seus limites e à realização de pesquisas científicas, que devem ser autorizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA). A visitação pública só é admitida com objetivos educacionais, sendo necessária uma autorização prévia.

Autor
2928

Data da Publicação
24/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Restrições dificultam sobrevivência

Identificação

Brasil - pg 04

Resumo

Habitantes tradicionais da floresta temem legislação e defendem sustentabilidade

Íntegra

Já era quase meio-dia e Francisco Sales do Prado, de 68 anos, caminhava descalço, empurrando a velha bicicleta. Ainda faltava uma boa caminhada para chegar em casa e contar para a mulher que o almoço teria que ser mesmo só o arroz e o feijão. Desapontado, disse que passou a manhã toda na Praia de Una, na Estação Ecológica de Juréia-Itatins, em busca da mistura. Naquele dia, não teve sucesso. "Não consegui pescar nada". "Antigamente, trabalhava na lavoura da mandioca e caçava. Hoje não podemos fazer nada aqui. Temos que respeitar as ordens do governo", disse.

Prado faz parte das cerca de 350 famílias de caiçaras que ainda moram na EEJI. A maioria é analfabeta e nem imagina o que seja o tal mosaico que foi aprovado pelos deputados estaduais. "Acredito que tenham sido os próprios caiçaras que tenham inventado a sustentabilidade", afirmou Plínio Melo, secretário-executivo da Organização Não-Governamental (ONG) Mongue. Melo tirou essa conclusão no dia em que foi pescar com um deles. "Pescamos uma traíra de sete quilos. Fiquei tão empolgado que queria pegar mais uma", contou. Foi então que recebeu a resposta sincera do amigo caiçara: "Essa é suficiente para nós." A Mongue desenvolve seminários para discutir as novas perspectivas para os moradores da região com base nas propostas previstas no projeto de lei aprovado nesta semana na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Outra preocupação da Mongue é preservar a cultura dos caiçaras. "O caiçara tem tudo a ver com a Mata Atlântica. É só observar que onde há caiçara, há Mata Atlântica", afirmou. Entre os projetos desenvolvidos pela Mongue, está o "Viola Peregrina". Um caiçara de 26 anos fez uma viola que percorreu sete festas celebradas pela comunidade. As imagens foram gravadas e transformadas em um DVD. Para conhecer o trabalho da ONG, viste o site: www.mongue.org.br. (RL/AAN)

Autor

2928

Data da Publicação

25/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Muita conversa e muito pouca ação

Identificação

Brasil - pg 04 - Raquel Lima

Resumo

Poderes públicos embaralham a implantação de legislação e políticas que promovam a conservação da Mata Atlântica

Íntegra

Raquel Lima

DA AGÊNCIA ANHANGÜERA

Há quase 20 anos o Brasil espera uma resposta do governo em relação à preservação de um dos mais importantes biomas do País. De acordo com a Constituição Federal de 1988, assim como a Floresta Amazônica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira, a Mata Atlântica é considerada patrimônio nacional e a sua utilização deve ser feita por meio de lei, “dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”. No entanto, ainda não há uma política nacional ou instrumentos de gestão específicos para esta floresta tropical.

“Se perguntarmos oficialmente ao governo federal sobre a Mata Atlântica, ele vai dizer que é à favor da preservação da floresta. Mas, se examinarmos o trabalho, percebemos que o governo assumiu um discurso ambiental, mas ainda não tem uma decisão real de proteger o que resta do bioma. Não há investimento adequado na proteção, não há investimento em pesquisa nem em recuperação. Os governos todos adquiriram um discurso ecológico, mas a maioria deles ainda não adquiriu a prática”, resumiu o deputado federal reeleito Fernando Gabeira (PV-RJ).

As regulamentações referentes à Mata Atlântica derivam dos instrumentos do Código Florestal de 1934 (revogado pela Lei n 4.771/65, que instituiu o novo Código Florestal) e da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei n 6.938/81. São instrumentos que permitem estabelecer unidades de conservação, mecanismos de controle de poluição e instrumentos de gestão descentralizada, mas incapazes de impedir, ou ao menos breicar, a devastação da floresta.

Em 1990, houve a primeira tentativa do governo de definir instrumentos legais específicos para a Mata Atlântica, por meio do Decreto n 99.547, que tratava sobre “a vedação do corte e da respectiva exploração da vegetação nativa da Mata Atlântica”, estabelecendo assim a floresta como absolutamente “intocável”, o que tornava questionável a sua constitucionalidade (a Constituição Federal permite a utilização do bioma). No ano seguinte, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) passou a receber textos alternativos ao decreto.

Em 1992, o Conama aprovou um texto como substituto ao decreto 99.547. A nova proposta se transformou no Decreto n 750/93 que, em sua versão atual, “dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica”. Nos anos seguintes, o Conama editou resoluções voltados para o bioma.

PL da Mata Atlântica

De acordo com a Organização Não-Governamental (ONG) SOS Mata Atlântica, a edição do Decreto n 750/93 “trouxe soluções conceituais para a gestão do patrimônio da Mata Atlântica, mas não consolidou o processo de normatização que respalda uma ação ambiental integrada” .

Mas, há 14 anos, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei n 3.285/92, conhecido como o PL da Mata Atlântica. O projeto proíbe a exploração da vegetação primária (aquela que nunca sofreu depredação) e de setores em regeneração avançada, além de estabelecer regras rígidas para a exploração de áreas em estágio médio de regeneração.

Depois de anos de discussões entre as bancadas ambientalista e ruralista, o PL foi aprovado por unanimidade pelo plenário da Câmara em dezembro de 2003. Depois disso, ficou travado no Senado até o início deste ano, quando os senadores aprovaram o projeto, mas derrubaram o artigo 46, que previa o direito de indenização caso a aplicação da lei reduza o potencial econômico da propriedade rural. Agora, a Câmara deverá votar as alterações feitas no Senado. “Só aprovaremos o projeto se o artigo voltar ao texto e se o governo assumir o compromisso de não vetá-lo no momento da sanção da lei”, declarou o deputado federal Odacir Zonta (PP-SC),

da bancada ruralista. “Não se pode radicalizar nem de um lado, nem do outro” , completou.

“Há quase 20 anos que o legislativo brasileiro está em débito com a Mata atlântica e com a população brasileira”, disse o ambientalista Fábio Feldmann, ex-deputado federal e autor do projeto. “Trabalhamos para votar o projeto de lei ainda neste ano, pois o próximo Congresso (que assume em 2006) será pior na área de Meio Ambiente”, disse o deputado federal de Campinas Luciano Zica (PT).

Lei estadual impõe regras ambientais

O decreto estadual N 50.889, publicado em meados de junho, impõe uma série de regras que ajudarão a conservar e a expandir as áreas florestais do Estado de São Paulo. A medida , além de regulamentar as reservas ambientais legais, estipula que os donos de propriedades rurais tem uma série de obrigações para com os remanescentes de matas, como mantê-los, recompô-los e engendrar esforços para a regeneração natural ou reposição. Em tese, isso significa que 20% dos remanescentes paulistas serão preservados ou regenerados. De acordo com o Código Florestal vigente, reservas legais são áreas de vegetação natural -20% da área total da propriedade - que os proprietários rurais são obrigados a manter. Tais áreas não abarcam as áreas de proteção ambiental permanente, como as margens de cursos d'água e encostas de elevações, mas virão se somar a estas. Os pequenos produtores rurais gozarão ainda de uma significativa vantagem, pois o decreto faculta que a reposição possa ser feita, por um tempo determinado, por espécies nativas (do País) ou exóticas (que não pertencem à flora brasileira, como o eucalipto, por exemplo) com valor comercial. Outra possibilidade interessante embutida no decreto abrange os proprietários em condomínios. Estes poderão, em conjunto, criar uma reserva florestal única. **(Paulo Martinelli/Da Agência Anhangüera)**

Autor

473

Data da Publicação

25/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Donos de terras fazem sua parte

Identificação

Brasil - pg 04 - Paulo Martinelli

Resumo

Reservas particulares ajudam a proteger remanescentes da Mata Atlântica

Íntegra

Paulo Martinelli

DA AGÊNCIA ANHANGÜERA

Uma maneira relativamente simples e barata de garantir a conservação da Mata Atlântica (ou de qualquer outro bioma ou ecossistema nacional) é a implantação das chamadas Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPN). Como o nome sugere, tratam-se de porções oficialmente preservadas de natureza em mãos de particulares, com vantagens tanto para os donos como para o Estado, a União e o meio ambiente. Entre os benefícios para o proprietário está a manutenção do direito de propriedade (a área, no entanto, torna-se de preservação perpétua), isenção de impostos e possibilidade de exploração comercial sustentável (ecoturismo, por exemplo).

Para a sociedade de uma maneira geral, o benefício é a ampliação das áreas protegidas do País. Para o meio ambiente, garantia de proteção à biodiversidade. O Brasil possui atualmente 658 RPPNs, com uma área total de 600 mil hectares, segundo informações do Ibama. Destas, 452 estão em área de Mata Atlântica e 103 em regiões de cerrado. A transformação de uma área em reserva particular depende de um ato voluntário de seu dono.

Na região de Campinas existe uma RPPN, a Estância Jatobá, em Jaguariúna, com área de Mata Atlântica. Além do aproveitamento socioeconômico, na forma de educação ambiental e ecoturismo, a área de vegetação nativa passa por um processo de recuperação florestal e é foco de atenção da Embrapa Monitoramento por Satélite no âmbito de desenvolvimento sustentável e geoprocessamento.

De acordo com a proprietária da Estância Jatobá, Lucila Machado Assumpção, metade dos 35 alqueires da fazenda são ocupados por fragmentos da floresta atlântica. "Ecóloga por paixão", como se define, Lucila é formada em filosofia e artes. Ela conta que a reserva sob seus cuidados fornece abrigo para animais como veados e jaguarundis (uma espécie de gato selvagem de pelagem negro-arruivada), além de muitas aves e, claro, espécies vegetais nativas. A idéia para a implantação de uma reserva particular foi de Lucila e do marido, e o motivo principal que os levou a se tornarem conservacionistas foi o que Lucila chama de "biofilia", ou amor à natureza.

Segundo descrição da Embrapa Monitoramento por Satélite, a Estância Jatobá tem 84 hectares (ou 84 campos de futebol), metade dos quais ocupados por fragmentos de floresta e áreas em reflorestamento, além dos terrenos alagados, pomares, lavoura de grãos e pastagens. A propriedade integra uma mini-bacia formada pelo Rio Camanducaia (tributária da Bacia do Rio Piracicaba) e cerca de 20 nascentes naturais (o que evidencia a importância de se preservar os remanescentes de Mata Atlântica). Na estância não são usados pesticidas, herbicidas e fertilizantes químicos e todo o plantio é feito de forma sustentável.

A ocupação do terreno da estância, na primeira metade do século 20, remete à história da ocupação das terras na região de Campinas. Como de praxe, a vegetação natural foi inicialmente retirada para o plantio do café, lavoura que já foi nosso motor socioeconômico e cultural.

Autor

2411

Data da Publicação

25/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Mato é fonte de cura para doenças e de grandes lucros

Identificação

Brasil - pg 04 - Paulo Martinelli

Resumo

Mercado bilionário dos fitomedicamentos é uma das razões para pouparmos a floresta

Íntegra

Plantas como a espinheira-santa, típica das Mata Atlântica, um remédio tradicional das populações caiçaras, estão entre os motivos que levam cientistas a se enfurnarem no mato.

Eles vão à caça de espécies vegetais com poder curativo, já que nossas matas são alternativas viáveis da ciência e da indústria nacional para a busca de matéria-prima e princípios ativos de novos medicamentos.

Diversas entidades de pesquisa brasileiras têm cientistas dedicados a buscar na floresta atlântica as fontes de novos medicamentos. Na Unicamp, num dos exemplos, o Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA) estudou a erva baleeira, que tem propriedades antiinflamatórias. Uma parceria com a indústria farmacêutica Aché, sete anos de estudos e um investimento que superou os R\$ 15 milhões resultaram no lançamento do Acheflan, um creme antiinflamatório indicado para doenças crônicas como tendinite, em meados de 2005.

João Batista Calixto, um biólogo da UFSC que participou do desenvolvimento do Acheflan, fornece uma pista das possibilidades e do grau de concorrência de um mercado para os medicamentos feitos a base de plantas nativas. Ao ser indagado sobre projetos em andamento, respondeu: "Estamos trabalhando em vários projetos na área de desenvolvimento de fitomedicamentos em parceria com as indústrias. Como são projetos com confidencialidade, infelizmente eu não posso lhe passar mais informações".

A experiência aliada ao bom senso mostra que uma floresta pode dar mais dinheiro em pé do que cortada. Uma vez derrubada, logo a mata terá suas fontes de lucros, como a madeira, esgotadas. Em pé e saudável, a floresta terá sua produtividade e seu potencial econômico perdurando ao longo do tempo. No mais, o setor farmacológico vive sob os imperativos das leis internacionais de patente e de propriedade intelectual, o que obriga à busca de novas drogas.

As dimensões dos mercados mundial e nacional das plantas medicinais são um dos pretextos para a conservação das nossas florestas. Segundo estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS), o mercado de fitomedicamentos movimenta no planeta, anualmente cerca de US\$ 20 bilhões (o total movimentado pelo segmento de medicamentos em geral é de US\$ 480 bilhões anuais). No Brasil, os fitomedicamentos geram cerca de US\$ 400 milhões anuais, crescendo uma média de 15% por ano. **(Paulo Martinelli/Da Agência Anhangüera)**

Autor

2411

Data da Publicação

26/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

'Arvoredo' encantou os europeus

Identificação

Brasil - pg 04

Resumo

Cientistas, viajantes, descobridores e colonizadores deixaram à posteridade suas impressões sobre a Mata Atlântica

Íntegra

Paulo Martinelli

DA AGÊNCIA ANHANGÜERA

“O peregrino sente-se aqui ao mesmo tempo elevado e inquieto. Os horrores da solidão destas sombrias trevas da floresta unem-se ao gozo duma contemplação tão estranha, e com a admiração e a veneração do Onipotente que criou aqui, diante dos nossos olhos, um novo mundo, que nos fala em linguagem antes nunca sentida e nos revela com magia, mesmo na vida modesta do silencioso reino das plantas, o vigor e a majestade de sua criação.”

O texto de Karl Friedrich Philipp von Martius, naturalista alemão que explorou paragens brasileiras em meados do século 19, transmite a gama de intensos e conflitantes sentimentos que dominavam os europeus diante da mata. Medo, respeito, admiração, espanto. A Mata Atlântica impressionou Von Martius de tal maneira que ele foi o primeiro a lhe dar um nome, inspirado na mitologia grega: “Driades” (ninfas das florestas).

Para outros dos notáveis homens do rol dos viajantes-naturalistas-artistas-exploradores que vagaram por terras brasileiras, a comparação da luxuriante floresta atlântica com as desbotadas florestas temperadas do Hemisfério Norte era inevitável. De Auguste de Saint-Hilaire: “Nada aqui lembra a cansativa monotonia de nossas florestas de carvalhos e de pinheiros; cada árvore tem, por assim dizer, um porte que lhe é próprio; cada uma tem sua folhagem e oferece freqüentemente uma tonalidade de verde diferente das árvores vizinhas. Vegetais, que pertencem a famílias distantes, misturam seus galhos e confundem suas folhas”.

Do padre José de Anchieta, quase 300 anos antes de Saint-Hilaire, na primeira descrição oficial da Mata Atlântica (acerca das redondezas de São Vicente), venerando a biodiversidade: “Todo o Brasil é um jardim em frescura e bosque e não se vê em todo o ano árvores nem erva seca. Os arvoredos se vão às nuvens de admirável altura e grossura e variedade de espécies. Muitos dão bons frutos e o que lhes dá graça é que há neles muitos passarinhos de grande formosura e variedade e em seu canto não dão vantagem aos rouxinóis, pintassilgos, coloninos, e canários de Portugal e fazem uma harmonia quando um homem vai por este caminho, que é para louvar ao Senhor, e os bosques são tão frescos que os lindos e artificiais de Portugal ficam muito abaixo. Há muitas árvores de cedro, águila, sândalos e outros paus de bom odor e várias cores e tantas diferenças de folhas e flores que para a vista é grande recreação e pela muita variedade não se cansa de ver.”

Antes de Anchieta, Pero Vaz de Caminha, na famosa carta enviada a dom Manuel I, rei de Portugal, quando do Descobrimento do Brasil, relatou: “(...) Ali descansamos um pedaço, bebendo e folgando, ao longo dele, entre esse arvoredo que é tanto e tamanho e tão basto e de tanta qualidade de folhagem que não se pode calcular (...)”

Outro, entre os notáveis a andar por aqui, foi Charles Darwin. Jovem ainda, a bordo do Beagle, o pai da Teoria da Evolução das Espécies aportou na Bahia. Lá, percorreu trechos da Mata Atlântica. Deslumbrou-se com a natureza. Horrorizou-se com a sociedade brasileira. Ao partir, registrou em diário: “Dou graças a Deus e espero nunca mais visitar um país de escravos.”

Correio encerra série sobre o ecossistema

A reportagem de hoje encerra a série A Floresta Esquecida, publicada diariamente desde o último dia 19 pelo Correio Popular. Nesses oito dias de série, foram tratados diferentes temas que envolvem o bioma Mata Atlântica. Foram abordados desde as ameaças que pesam e pesaram sobre a mata, como a escassez de recursos financeiros e a ausência de leis e políticas efetivas para sua conservação, até algumas idéias, exemplos e iniciativas que têm e tiveram como objetivo conservar e recuperar o que resta da floresta. A proposta principal das reportagens foi trazer à tona a importância social, cultural, econômica, científica, ambiental e histórica de um bioma cuja “saúde” é fundamental para o bem-estar dos brasileiros que vivem nas áreas mais produtivas, modernas e dinâmicas do País. (Paulo Martinelli e Raquel Lima/AAN)

Autor
2928

Data da Publicação

26/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Pau-brasil já está em extinção

Identificação

Brasil - pg 04

Resumo

Exploração desenfreada ameaça a árvore que teria dado nome ao País

Íntegra

Até hoje não existe consenso entre os historiadores sobre qual a real origem do nome Brasil. Muito se fala de o nome advir da misteriosa ilha Hi-Brazil, uma lenda medieval, lugar onde ficaria o paraíso terrestre. Deslumbrados com a natureza e o clima, os descobridores europeus acreditaram ter chegado ao jardim de delícias narrado pela Bíblia quando por aqui aportaram. Contudo, os velhos livros de História consagram a tese clássica, que atribui à árvore pau-brasil, típica da Mata Atlântica, a origem do nome do País (além do gentílico “brasileiro”, dado em alusão aos primeiros moradores e empreendedores desta terra, que exploravam a madeira usada para tingir panos).

Seja como for, o fato é que a *Caesalpinia echinata*, a fonte da primeira atividade econômica do País, hoje é uma espécie ameaçada de extinção. Isso faz com que algumas instituições de pesquisa desenvolvam projetos para sua salvação, como é o caso da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Cientistas da entidade estudam as últimas populações do pau-brasil, no Sul da Bahia, com o objetivo de repovoar a Mata Atlântica.

As desgraças da madeira cor de brasa — conhecida no mundo hoje como “pernambuco wood” — devem-se também a suas incomparáveis características plásticas. Em 1775, o luthier parisiense François Tourte desenvolveu um arco de violino feito de pau-brasil. Por isso, até hoje a madeira é tida como a matéria-prima dos melhores arcos de instrumentos de corda. De acordo com um artigo de Veronica Angyalossy, Erika Amano e Edenise Segala Alves, da Universidade de São Paulo (USP), publicado na revista *Acta Botanica Brasilica*, a madeira é “considerada internacionalmente a única que reúne características ideais de ressonância, densidade, durabilidade, beleza, além da extensão da curvatura, do peso, da espessura e de preciosas qualidades tonais (...).”

Para fazer uma única peça é aproveitada somente a parte mais flexível e sem nós do cerne da árvore, o que representa apenas 15% de uma tora. E só pode ser aproveitado o lenho de árvores de pau-brasil grandes, que tenham cerca de 30 anos de idade. Ainda que a finalidade seja a arte, não deixa de ser um crime, sobretudo se computarmos o fato de a extração da “pernambuco wood” ser ilegal. Via de regra, o dinheiro “explica” a desobediência à lei: no mercado internacional, um arco de pau-brasil pode ser negociado por um mínimo de US\$ 2 mil. (PM/AAN)

SAIBA MAIS

Quando partiu do Brasil em 28 de julho de 1511 rumo a Portugal, a nau Bretoa levava cinco mil toras de pau-brasil, 22 tuins (periquitos), 16 sagüis, 16 gatos selvagens, 15 papagaios e três macacos. Todos foram subtraídos à Mata Atlântica adjacente à costa brasileira.

Autor

2928

Data da Publicação

26/11/2006

Produto

Correio Popular

Área

Brasil

Título

Destruímos o que a natureza construiu em milhões de anos

Identificação

Brasil - pg 04

Resumo

Mata começou a surgir em uma época muito convulsiva, pontuada por grandes cataclismos

Íntegra

Aquela paisagem que levamos menos de 500 anos para destruir, a natureza levou milhões de anos para construir. As origens da Mata Atlântica remontam há cerca de 80 milhões de anos, no período geológico Cretáceo, quando os últimos dinossauros e as primeiras aves vagavam pela Terra. Levariam ainda muitos milhões de anos para que os primeiros humanos e seus ancestrais surgissem. África, América do Sul, Índia, Antártica e Austrália formavam um único continente, Gondwana. Nestes rincões ancestrais, estima a ciência, surgiram os primeiros espécies vegetais do que seria futuramente a Mata Atlântica.

Quando África e América do Sul se separavam, deram espaço para o Oceano Atlântico. Foi uma época convulsiva, de grande agitação geológica. Vulcões, soergimento de cadeias de montanhas, acomodação de camadas e terrenos, derrames de lava vulcânica (formando solos e rochas). Entre os blocos montanhosos que começaram a se erguer, estava a Serra do Mar, formação que corre paralela ao oceano e ainda abriga grande parte dos remanescentes da floresta atlântica.

A umidade vinda do mar, ao encontrar a cadeia montanhosa, vertia-se em chuva e névoa, propiciando condições ambientais para o surgimento da floresta. Ao longo do tempo, o clima da Terra modificou-se diversas vezes, alternando períodos mais quentes com glaciações, fazendo a floresta se expandir ou se contrair, forjando a configuração recente da Mata Atlântica.

O planeta viveu uma verdadeira revolução há cerca de 400 milhões de anos quando surgiram as primeiras plantas vasculares e multicelulares, as avós das atuais árvores. Até então, nosso mundo era coberto apenas por musgos, fungos, algas e líquens rasteiros. Uma atmosfera "pesada", rica em gás carbônico (CO₂) completava o cenário de desolação.

Segundo tese de Robert Berner, do Instituto de Geologia e Geofísica da Universidade de Yale (EUA), ao ocuparem os solos da Terra primitiva, as primeiras árvores, com suas raízes fundas, bombearam nutrientes do solo em uma escala inusitada, expondo ao ar substâncias como o silicatos de magnésio e de cálcio. Estes subtraíam o gás carbônico atmosférico, deixando uma atmosfera mais rica em oxigênio. Isso proporcionou, além da formação de depósitos de carvão (que hoje se constitui numa das fontes de energia da civilização), a evolução de insetos de grande porte. Com a diminuição do CO₂ na atmosfera, houve resfriamento do planeta — uma situação oposta do que ocorre atualmente, quando o aumento de carbono atmosférico, provavelmente proporcionado pela poluição humana, está fazendo a Terra se aquecer.
(PM/AAN)

Autor

2928